

**A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E OS SEUS REBATIMENTOS NO  
COMPLEXO DA EDUCAÇÃO: CONSIDERAÇÕES SOBRE O MOVIMENTO DE  
EDUCAÇÃO PARA TODOS E A DISSEMINAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

Eixo: Marxismo, educação e luta de classes: desafios históricos e urgências contemporâneas

Maria Aline da Silva<sup>1</sup>  
Débora Accioly Dionisio<sup>2</sup>  
Danielle Christiane Leite da Silva<sup>3</sup>

RESUMO

O referido trabalho é uma discussão em torno da crise do capital, aqui compreendida na esteira do filósofo húngaro István Meszáros, que a entende como uma crise estrutural. Essa é uma crise que passa a atingir a todos os aspectos da existência humana, interferindo também nos complexos sociais. A educação, dentre outros, é um desses complexos, e cada vez mais vem se distanciando da sua função primeira, que é repassar o conhecimento acumulado pela humanidade, passando a ser um instrumento que cada vez mais está atrelada aos interesses e necessidades do sistema capitalista. Diante disso, pleiteamos discutir os desdobramentos dessa crise no complexo educativo, apresentando também algumas reflexões em torno da Educação Profissional e do Movimento de Educação para Todos. Nossa metodologia está ancorada na análise onto-histórica marxiana e calcado nesse método buscamos adentrar profundamente nos fenômenos em questão, desvendando o que há para além dessa aparência mistificadora e pondo em evidência a real ordem das coisas.

Palavras-chave: Crise Estrutural do Capital; Educação Profissional; Movimento Educação para Todos.

**THE STRUCTURAL CRISIS OF CAPITAL AND ITS REPERCUSSIONS COMPLEX  
EDUCACIONAL: CONSIDERATIONS ON THE MOVEMENT OF EDUCACIONAL  
FOR EVERYONE AND DISSEMINATION OF VOCACIONAL EDUCATION**

ABSTRACT

This work is a discussion around the capital crisis, here understood, in the thread of the

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (PPGE-UECE), bolsista da FUNCAP e integrante do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário (IMO). E-mail: [alinesilva@gmail.com](mailto:alinesilva@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (PPGE-UECE) e integrante do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário (IMO). E-mail: [deboraaccioly2@gmail.com](mailto:deboraaccioly2@gmail.com)

<sup>3</sup> Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (PPGE-UECE) e integrante do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário (IMO). E-mail: [danizinhaleite17@hotmail.com](mailto:danizinhaleite17@hotmail.com)

Hungarian philosopher István Meszáros, as a structural crisis. This is an unprecedented event that attains every aspect of human existence, including the social complex. Among others, education is one of them, and as a consequence, it holds off its primary function, which is to transmit humanity's accumulated knowledge, turning into an instrument of the needs and interests of capitalism. We pledge to discuss the developments of this crisis in the educational complex, presenting reflexions over Professional Education and Education For Everyone Movement. Our methodology is anchored at Marx's historical and ontological analysis, which we use to breach through the mystifying appearance of the phenomena in question, evidencing the real order of things.

Keywords: Capital structural crisis; Education; Professional Education; Education For Everyone Movement.

### **Notas Introdutórias**

A humanidade experimenta, hoje, o maior desenvolvimento visto em milênios. O mundo produz mais do que pode consumir, a ciência descobre cura de doenças até então incuráveis, a tecnologia permite que nos comuniquemos com pessoas que se encontram a quilômetros de distância em tempo real, o cinema exibe imagens em três dimensões, o homem tenta adaptar outro planeta em proveito próprio, ir a lua já não é um sonho, é um destino palpável e viável. Quem, em sã consciência, reclamaria ou colocaria em xeque uma evolução nesta escala? Simples. A população que não recebe nem as migalhas que sobram deste desenvolvimento.

O capitalismo fixou um sistema de produção pautado na existência condicionada, de duas classes antagônicas. De um lado, temos uma pequena parcela que vive da exploração, do lucro e da ganância. Do outro, uma grande parcela explorada, sugada, pisoteada. A maior característica desse modo de produção seria a capacidade crônica de transformar todas as coisas em mercadoria (algo que possui valor e pode ser comercializado), inclusive o próprio homem que, rebaixado a esse status, vende a única coisa com a qual conta para participar ativamente deste mundo: sua força de trabalho.

Como não detém meios de trabalho, tampouco meios de produção, o trabalhador precisa vender sua força de trabalho para quem possui esse meio, mas não trabalha: o Capitalista. É nessa relação que todas as outras surgem e são baseadas. E para que essa relação se naturalize, o homem precisa acreditar que é assim que as coisas devem funcionar, sendo que o próprio sistema capitalista se torna o responsável por essa naturalização ideológica. Assim, se apropria de todos os meios possíveis para repassar a sua lógica

incessante e dominante, desde meios de comunicação às esferas participativas.

Nesse contexto, a educação por muitas vezes também passa a ser “convidada” a contribuir com o processo reprodutivo do capital e sua perpetuação, aparecendo como um dos seus principais campos de atuação, em que encontra nela o espaço ideal para a disseminação das suas ideologias e a reprodução das suas relações. Tendo como função principal transmitir os conhecimentos produzidos pela humanidade, diante do cenário que vem se desenhando, contraditoriamente a educação nega esse conhecimento, ou o reduz a mera instrumentalização de técnicas necessárias ao mercado, entregue aos filhos dos trabalhadores em forma de uma educação de qualidade pendular.

Traçando, portanto, o caminho desse trabalho, podemos adiantar que este tem como pretensão propor uma discussão em torno da crise enfrentada pelo capital ao longo dessas últimas décadas, buscando compreender dentro do contexto dessa crise os seus desdobramentos no complexo educativo. De modo particular, discutiremos mesmo que em linhas gerais, o Movimento de Educação para Todos (MEPT) e a modalidade de ensino Educação Profissional, os quais compreendemos como estratégias criadas pelo capital para fugir da crise que o atinge e garantir sua supremacia.

### **Uma crise sem precedentes e a educação como ferramenta de perpetuação do capital**

As últimas décadas do século XX e início do século XXI foram marcados por transformações profundas na materialidade das relações sociais, que decorreram da resposta do capitalismo mundial à crise, que se evidenciou a partir da década de 1970.

Em meados de 1970, o "milagre econômico" vivido no Brasil por três décadas, mostrava sinais de esgotamento. À crise econômica interna somava-se a crise do capitalismo internacional, e assim, assistimos ao fim da onda expansionista em que o capital desfrutava dos seus anos gloriosos de ascensão. O capital agora passa a saborear profundas perturbações que acabam por alterar a configuração do seu modo de produção e até mesmo da ordem burguesa mundial. Esse é, portanto, o momento histórico da crise do capital. Crise esta que afeta, não somente a economia, mas todas as relações construídas sob os seus domínios, chegando até mesmo a afetar a subjetividade das relações humanas. Diante disso, o capital, na busca de se reerguer, precisa se reestruturar – o que é possível somente com mudanças na própria organização produtiva do trabalho capitalista.

Nesse sentido, compreendemos que o capital passa por uma crise jamais sentida antes, uma crise sem precedentes e sem protoformas de recuperação, aqui entendida como uma crise estrutural, e não mais uma crise em dos aspectos da sua conjuntura. Vale salientar que não é consenso entre os autores marxistas que a crise enfrentada pelo capital seja uma crise estrutural, o que não cabe aqui aprofundar essa discussão. Entretanto, abordaremos o conceito de crise estrutural do capital, partindo de apreensões dos estudos desenvolvidos pelo filósofo húngaro István Mészáros (2000), que compartilha dessa compreensão.

A história do desenvolvimento do sistema capitalista, desde o momento em que se consolida e passa a exercer a função de demiurgo societal, é marcada por sucessivas crises econômicas, conforme já mencionado, nas quais conhecemos como crises cíclicas ou passageiras, entendidas assim como superáveis. Diante disso, inúmeras crises são registradas, dentre elas podemos citar: a falência do Estado intervencionista soviético e do Estado de Bem estar Social keynesiano; duas grandes guerras mundiais; o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista.

A primeira vista, podemos pensar que tais crises põem em risco o sistema capitalista, comprometendo assim o seu desenvolvimento. No entanto, numa análise mais profunda desse fenômeno é possível observar, contraditoriamente, que as crises são elementos constitutivos do caráter contraditório desse modo de produção, sendo portanto, necessárias para a sua própria reestruturação. É o que comprova NETTO e BRAZ (2008, p. 157, grifos nossos) quando afirmam que: (...) “a crise é constitutiva do capitalismo: **não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise**”. Isto é, as crises fazem parte da natureza reprodutiva do capital e são necessárias para este se reestruturar e recriar suas estratégias de perpetuação.

Constata-se, portanto, que o modo de produção capitalista, bem como as relações criadas nele, é “constituído e dinamizado por contradições e só se desenvolve com a reprodução e ampliação dessas mesmas contradições” (NETTO e BRAZ, 2008, p. 163).

Entretanto, nas últimas décadas, a sociedade capitalista desfruta de uma das mais agudas crises do capital, sentida não somente pela economia, mas “afetando todo o conjunto da humanidade, [...] afetando cada aspecto da vida, desde as dimensões reprodutivas diretamente materiais às mais mediadas dimensões intelectuais e culturais” (MÉSZÁROS, 2000, p. 15). Diferentemente das crises cíclicas do passado em que atingiam apenas uma esfera do capital, isto é, afetava somente uma das suas conjunturas, a crise atual é denominada

por MÉSZÁROS (2000) de crise estrutural do capital, [...] “a séria manifestação do encontro do sistema com seus próprios limites intrínsecos” (p. 14). Tal denominação, conforme traz a própria expressão é de caráter estrutural e não mais conjuntural, além de afetar o capitalismo, entendido como a forma societal do capital, a crise afeta o próprio sistema, nas suas bases estruturais, colocando-o de encontro com suas próprias contradições e fazendo ranger sua própria estrutura. Além disso, passa a atingir, não somente o campo econômico, mas todos os campos da existência humana.

Um outro aspecto dessa crise é o caráter incontrolável e incorrigível do sistema do capital, como nos aponta MÉSZÁROS (2008). Diante desse caráter, as tentativas de controlabilidade do sistema não são possíveis. Isso porque, as reformas se tornam inviáveis, uma vez que deixam intacta a reprodução do sistema do capital, como entende PANIAGO (2007). Nenhuma reforma é o bastante se não atacar diretamente a própria reprodução do capital. Dessa forma, todas as tentativas de reformas foram insuficientes. Para MÉSZÁROS (2002, p. 03), o que conseguiram foi somente “a “hibridização” do sistema do capital”.

Contrária a crise pré-capitalista que se caracterizou pela diminuição da força de trabalho, resultando numa redução da produção, a crise do capital atual é ocasionada pela superprodução dos valores de uso, que uma vez não sendo vendidas no mercado, não completam o círculo de valorização, não havendo, portanto, acúmulo de lucro. Isto é, a mercadoria não é convertida em dinheiro e conseqüentemente a mais-valia não se realiza.

Podemos afirmar, entre alguns outros acontecimentos, que dois fatores importantes estão na origem dessa crise e anunciam o fim da ilusão dos anos dourados do capital, são eles: a desregulamentação do Sistema Monetário Internacional, ocasionado pelo colapso do ordenamento financeiro mundial, que traz como consequência a decisão dos Estados Unidos de desvincular o dólar do ouro, rompendo com os acordos de *Bretton Woods*<sup>4</sup>. Esse acordo convencionou o padrão-ouro como lastro para o comércio internacional e a conversibilidade do dólar em ouro, passando, assim, a ser referência a todas as economias ocidentais. O choque

---

<sup>4</sup> A Conferência de Bretton Woods ocorreu na Inglaterra, em 22 de julho de 1944, e além de estabelecer um Sistema Monetário Internacional (SMI) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), também teve como objetivo promover a cooperação internacional através das instituições monetárias, facilitar a expansão do comércio internacional e segundo SANTOS (2007), “como principal ponto de pauta, instrumentalizar o mundo para ajudar na reconstrução dos países derrotados na segunda guerra mundial” (p. 48).

petrolífero<sup>5</sup> (crises em 1973 e 1979), por sua vez, também é apontado pela literatura econômica, como outro importante fator que explica a crise (NETTO e BRAZ, 2008).

Diante desse fenômeno, o capital busca se erguer promovendo mudanças não só no modo de produção, como também na própria reprodução social da ordem vigente, sob o julgo de continuar exercendo a sua total supremacia.

No intuito de superar a profunda crise, o capital adotou um complexo de estratégias que demandavam uma série de reformas. Esta, conforme avalia NETTO e BRAZ (2008, p. 214), se articula sobre um tripé: “a reestruturação produtiva, a financeirização e a ideologia neoliberal”, que configura o pontapé inicial da “restauração do capital”.

Mediante esse processo de reestruturação de suas bases, o novo arcabouço que se delineia está solidamente fíncado sobre um tripé que sustenta e justifica a sua atual fase, a saber: a Globalização, no plano ideológico-cultural, o Neoliberalismo na leitura político-econômica da realidade e a Pós-Modernidade na via teórico-acadêmica. Juntas essas categorias formam o triângulo que inaugura a “nova ordem mundial” na tentativa de segurar o sistema do capital em crise profunda (SANTOS; COSTA, 2012).

Ainda nesse contexto, podemos afirmar que o elemento que possibilita a sustentação desse tripé é o Estado, que serve como base de equilíbrio, permite a viabilidade econômica e o funcionamento perene do acúmulo do lucro. É ele o responsável por criar as legislações necessárias para a execução das regras ditadas pelas necessidades do capital. Diante disso, podemos afirmar que o Estado se configura como o quarto elemento dessa base de sustentação da nova fase do sistema.

Nesse contexto e mediante a ideologia lançada pela nova configuração da ordem vigente, a educação passa a ser vista como elemento importante no processo de desenvolvimento mundial, sendo apresentada em muitos discursos como a responsável em pôr fim a todos os males enfrentados pela sociedade nos últimos séculos, dentre eles a desigualdade. Nesse sentido SANTOS (2012, p. 132) afirma que:

a educação, no atual panorama de crise profunda, passa ainda mais a ser defendida como uma tábua de salvação para o buraco que se meteu o

---

<sup>5</sup> Este tem início quando se percebe que o recurso natural em questão não era renovável, e diante dessa constatação óbvia (ou utilizando isto como pretexto) a Organização dos Países Exportadores de Petróleo/OPEP determina o aumento acentuado do preço do petróleo. Esse aumento consequentemente traz uma diminuição na procura pelo produto, um aumento da inflação e do desemprego, ocasionando a crise e até mesmo a falência de muitas indústrias consideradas tradicionais.

capitalismo contemporâneo. Assim, em cadeia mundial, o campo educativo é apontado para o trabalhador como a principal bandeira de superação individual dos problemas estruturais do sistema do capital.

No entanto, o que se verifica de fato, é que a educação, ao lado do neoliberalismo e da *globalização*, se configura cada vez mais num importante elemento de perpetuação do sistema, sistema este que necessita daquelas desigualdades para continuar sua supremacia. Destarte, mesmo diante desse contexto de profundas contradições, sendo por muitas vezes reduzida a apenas um mero fator no interior da produção, acreditamos que a educação pode “promover mudanças consideráveis na realidade social do modo de produção contemporâneo, porém, não sob a perspectiva economicista que prioriza uma educação alienada e submissa aos ditames capitalistas, mas no interior de uma práxis emancipatória que transcenda a lógica do capital” (ALVES e PUZIOL, S/ANO, p. 10).

Como já mencionado, essa crise é diferente das anteriores por atingir não somente a esfera econômica, mas as diversas dimensões da existência humana. Diante disso, os desdobramentos dessa crise pode ser percebido nos mais diversos complexos sociais. Podemos afirmar que um dos complexos sobre o qual essa crise reverbera é o complexo educacional. Este entendido como arma poderosa frente a manipulação ideológica necessária para a perpetuação do sistema de produção, torna-se imprescindível. E isso não acontece de forma “subjetiva”, e sim sobre a forma de um pacto entre o Estado e as diretrizes educacionais que precisam atender as necessidades do sistema instável.

Nesse contexto, surge o Movimento de Educação Para Todos (MEPT), arraigado nos princípios norteadores capitalistas, tais como “formar mão de obra qualificada, preparar o trabalhador para as incertezas econômicas e desestabilidades eminentes”. Desta forma, as agências mundiais que dirigem esse processo, lançam documentos oficiais com premissas e metas a serem alcançadas a fim de obtermos uma educação universal e preparatória.

A UNESCO, no site do EPT no Brasil, define que

uma das principais responsabilidades da UNESCO é defender o direito de toda menina e menino, e de todo homem e mulher jovem e adulto, a ter educação de qualidade ao longo da vida – independentemente da definição (formal, não formal ou informal).

São seis os objetivos para 2015 lançados pelo MEPT no portal do MEC (2009, p. 3):

(1) Ampliar e aperfeiçoar os cuidados e a educação para a primeira infância, especialmente no caso das crianças mais vulneráveis e em situação de maior carência; (2). Assegurar que, até 2015, todas as crianças, particularmente as

meninas, vivendo em circunstâncias difíceis e as pertencentes a minorias étnicas, tenham acesso ao ensino primário gratuito, obrigatório e de boa qualidade; (3). Assegurar que sejam atendidas as necessidades de aprendizado de todos os jovens e adultos através de acesso equitativo a programas apropriados de aprendizagem e de treinamento para a vida. (4). Alcançar, até 2015, uma melhoria de 50% nos níveis de alfabetização de adultos, especialmente no que se refere às mulheres, bem como acesso equitativo à educação básica e contínua para todos os adultos. (5). Eliminar, até 2005, as disparidades de gênero no ensino primário e secundário, alcançando, em 2015, igualdade de gêneros na educação, visando principalmente garantir que as meninas tenham acesso pleno e igualitário, bem como bom desempenho, no ensino primário de boa qualidade. (6). Melhorar todos os aspectos da qualidade da educação e assegurar a excelência de todos, de forma a que resultados de aprendizagem reconhecidos e mensuráveis sejam alcançados por todos, especialmente em alfabetização linguística e matemática e na capacitação essencial para a vida.

Ora, se o conceito de educação compreendido pelo Movimento e pela Comissão Internacional, seria o de “emancipação e libertação”, não teríamos, de forma alguma, objetivos tão centrados na qualificação do indivíduo (não o sujeito), frente a rápida aceleração em que vivemos. O homem que receberá “doses homeopáticas” de educação conseguirá se ‘adaptar’, como camaleão, à lógica incerta do mercado de trabalho. E isso se pauta, segundo FRERES *et al* (2010, p. 36) porque, de acordo com “a Declaração, a precariedade da educação nos países pobres é o grande empecilho para o desenvolvimento econômico”.

Assim, fica claro o papel dado à educação pelos Organismos aliados ao capital, já que “a educação pode contribuir para conquistar um mundo mais seguro, mais sadio, mais próspero e ambientalmente mais puro”, em que, “ao mesmo tempo, favoreça o progresso social, econômico e cultural, a tolerância e a cooperação internacional” ([UNESCO, 1990](#)), sem oferecer grandes riscos à lógica reprodutora do mercado.

Quanto as parcerias que devem com a esfera pública, privada ou de qualquer cunho, é deixada clara na Declaração de Dakar (2000, p. 15, grifos nossos):

O papel indispensável do Estado na educação deve ser suplementado e apoiado por parcerias ousadas e abrangentes em todos os níveis da sociedade. A Educação Para Todos implica o envolvimento e o compromisso de **todos** com a educação.

À educação é também creditada a possibilidade de intensificação econômica. É direito de todos serem instrumentalizados para aderirem ao programa de aceleração da vida, da economia, dos meios de produção. Ao Estado, agora, é interessante ter uma educação prática e

digna de ser utilizada nessa conjuntura tão instável e perigosa.

Muitos desses documentos oficiais se utilizam de um discurso ludibriador, quando determinam que caberá à educação “transformar todas as mazelas do mundo”, inclusive o racismo, a desigualdade social, as guerras, dentre outros problemas. E a sociedade compra e corrobora com esse discurso.

Pudemos perceber, entretanto, na análise desses documentos, que a “protoforma” lançada por esses organismos, explicitamente, tende a adequar a educação ao capitalismo, seja no objetivo claro de preparar mão de obra qualificada, seja na tentativa de assegurar que o mínimo deve ser transmitido, longe do que deveria ser uma atividade educativa emancipatória.

Diante disso, é preciso que possamos compreender o processo educacional como um complexo que está articulado com o desenvolvimento da sociedade, refletindo assim suas transformações. Dessa forma, no momento em que a sociedade foi dividida em classes, essa divisão acabou por interferir na educação e a modificar a sua constituição inicial, bem como a sua função. Desde então, o complexo educativo passou a conviver com a característica de ser estruturalmente dualista, se acentuando cada vez mais nos dias de hoje. Para a elite e extratos médios um ensino voltado para formar intelectuais, formar indivíduos que futuramente se tornarão os dirigentes da sociedade; para os trabalhadores, um “ensino” fragmentado, aligeirado e imediatista, voltado unicamente para as exigências e necessidades do mercado, ou seja, um ensino para preparar os trabalhadores apenas para o ofício mercadológico imediato, formar mão de obra para servir como instrumento de sustentação para a supremacia do sistema capitalista. Com efeito, fica a cargo das escolas profissionais promoverem essa “educação”, uma vez que ela é uma das vias de oferta da formação necessária para o ingresso no mercado de trabalho e conseqüentemente responsável pela formação de mão de obra.

Nesse sentido, a Educação Profissional é um claro exemplo da adequação da educação ao capitalismo, em que percebemos a estreita relação que existe entre aquela modalidade de ensino e o discurso de se “formar” para atender as demandas do mercado de trabalho, sendo a Educação Profissional colocada como a responsável por garantir a continuidade do desenvolvimento do dito mundo *globalizado*.

Podemos considerar ainda que as políticas públicas estão cada vez mais favorecendo as Parcerias Público-Privada (PPP), criando oportunidades para que as iniciativas

empresariais estejam cada vez mais atuantes. Diante disso, percebemos como essas, principalmente as que estão voltadas para a Educação Profissional, servem aos interesses e exigências do sistema capitalista em sua luta para fugir e mascarar a atual crise crônica em que se encontra.

Historicamente, no Brasil, a Educação Profissional foi marcada pelo preconceito de estar sempre associada à formação profissional de classes menos favorecidas, além do caráter assistencialista que durante muito tempo, em especial nas suas primeiras manifestações, fez parte da sua função. Ao longo do tempo esse caráter assistencialista precisou ser desvinculado da função da Educação Profissional, no entanto até hoje continua sendo oferecida para as classes subalterna, para usarmos a clássica formulação de Gramsci.

No que se refere ao complexo educativo, a Educação Profissional é a modalidade que ganha cada vez mais espaço no cenário brasileiro. Aliada ao processo de desenvolvimento do país, sendo a responsável pela formação de mão de obra, é uma das principais estratégias do capital na busca de fugir da crise pela qual enfrenta. Através desse tipo de formação o capital garante mão de obra barata, ao mesmo tempo em que diz oferecer aos filhos dos trabalhadores aquilo que é tão exigido por eles: um “ensino de qualidade” e a possibilidade de um emprego.

Adotamos como pressuposto o entendimento de que a Educação Profissional se definiu como o processo educativo que traz no seu caráter histórico a característica de ser voltada única e exclusivamente às classes menos favorecida da sociedade. Vista como a “educação dos pobres”, uma educação aligeirada, fragmentada e com uma débil formação intelectual, com a função única de formar mão de obra para atender a necessidade mercadológica do sistema capitalista, ou seja, preparar o indivíduo para perpetuar a reprodução do capital de forma acrítica. Com a influência do ideário neoliberal, fortemente propagado na década de 1990, essa função é cada vez mais posta em evidência, explicitando a estreita relação entre o mercado e a escola. Relação esta que aprofunda cada vez mais o que chamamos de “mercantilização do ensino”.

Na história da educação, é possível perceber que esta vem sempre acompanhada por divisões, se distanciando, portanto, de ser uma educação universal. Diante disso, foi sempre visível a dualidade do ensino educacional, como já mencionado. Essa dualidade educativa por muitas vezes tem sido mascarada por “belos discursos” em torno de uma propagação de educação de *qualidade* para todos. Mas para além, o óbvio. O que se percebe de fato é uma

educação que cada vez mais está atrelada aos interesses do capital, servindo aqueles que dominam.

A Educação Profissional, diante do que exposto, em especial no contexto de crise estrutural do sistema do capital, vem se constituindo como uma das suas estratégias para fugir dessa crise, principalmente no que se refere ao plano ideológico. Por meio da oferta expansiva de cursos técnico-profissionalizantes e acompanhado da propagação de um falacioso discurso de que estes possibilitarão um ingresso instantâneo no mercado de trabalho, o que na prática não se concretiza, uma vez que o que vivenciamos nesse momento histórico, é uma profunda crise de desemprego, denominada de crônica, que assola o mundo todo.

Diante desse discurso de valorização da educação profissional como uma educação de qualidade oferecida para os filhos dos trabalhadores, é importante que analisemos para além da realidade aparente. O que na verdade o Estado propõe, por meio de suas políticas públicas, está longe de se configurar como uma educação de qualidade, uma vez que coincide com os anseios do capital.

Nesse cenário de busca desenfreada de atender os anseios do capital, a educação profissional se tornou tão necessária que atualmente além de ser oferecida via ensino médio, através do ensino médio profissionalizante ou mesmo sendo realizada após o ensino médio, é também ofertada uma educação profissional em nível superior. Isso se configura com mais uma das estratégias do capital de manter os filhos dos trabalhadores numa educação limitada aos ditames do capital e distantes de uma educação que possibilite a sua formação integral, em que atenda todos os aspectos da sua totalidade.

Diante do que foi exposto, a crítica que levantamos em torno da educação profissional, é que ela está longe de ser uma educação de qualidade, haja vista que atende não as necessidades do indivíduo na sua totalidade, mas as necessidades daquele que a rege, que é o próprio sistema capitalista. Além disso, está voltada unicamente para a classe mais abastada da nossa sociedade e ainda está atrelada ao mercado de trabalho, se constituindo como fábrica de formar mão de obra para atender as necessidades imediatas do sistema capitalista. Podemos dizer ainda, que mesmo sendo uma educação que vise formar profissionais, não profissionaliza, pois acaba formatando o jovem para uma necessidade imediata do mercado e não para os conhecimentos necessários de uma profissão minimamente autônoma.

## Notas Conclusivas

A década de 1970 é tida como um marco do sistema do capital, década em que este passa a ser assolado por uma crise profunda, que modifica a sua própria estrutura e dos demais complexos sociais construídos a sua volta. Frente a essa crise, o capital precisou passar por um profundo processo de reestruturação, criando mecanismos diversos para fugir dessa crise e/ou mascará-la. Ora, se o capitalismo encontra-se em crise e precisa se apropriar de todas as formas possíveis a fim de frear esse desencadeamento ou ainda minimizar seus custos, a educação torna-se uma engrenagem fundamental nesse motor de expansão e legitimação. Além de seu caráter ideológico reprodutivista, é por meio deste processo educacional que se torna possível o controle hegemônico sobre a subjetividade – consciência – da classe trabalhadora. Nesse sentido, a escola é convocada a se organizar para atender a uma instrução meramente mercantilista e imediata, alinhada às necessidades burguesas, onde passa a ter uma dupla função: ao mesmo tempo em que forma seus líderes, adentra o trabalhador para o mercado reprodutor do capital.

Diante disso, entendemos que disseminar a concepção de que é SÓ através da educação que poderíamos acabar com a pobreza, com a diferença social e com o desemprego, torna-se parte do manual de transformação e apropriação desse indivíduo que vê nessa ferramenta a saída individual para uma problemática muito maior, de caráter estrutural. Neste contexto, o alto índice de expansão de uma educação profissionalizante e instrumentalizada ganha terreno. Agora, não são doses homeopáticas, são doses intravenosas de conformismo e utilitarismo. Ergue-se a bandeira da meritocracia e que, numa corrida maluca, cada um busque conhecimento específico para valorizar sua mão de obra e conseguir um desses poucos lugares ao sol.

Nessa conjuntura, em que presenciamos um crescimento vertiginoso das ideias neoliberais, em especial na década de 1990, a educação passa por um processo de reforma, ganhando destacada importância. Acredita-se que ela pode dar grandes contribuições, passando a ser enxergada, portanto, como campo fértil de investimentos pelos que comandam o capital. Tal pensamento expõe claramente o interesse neoliberal de atar o complexo educativo com a mercadoria, de forma que sejam indissociáveis. Diante disso, na década já citada, presenciamos uma onda de discussões em torno da educação, onde esta passa a ser

alvo de diversas conferências, fóruns, reuniões, comandadas pelos organismos internacionais, responsáveis pelo monitoramento das reformas educativas.

Uma das grandes discussões em torno da “mercadoria” educação, como esta é considerada pelo sistema do capital, foi a Conferência de Jomtien, onde é proferido o documento Declaração Mundial sobre Educação para Todos e encabeçado o Movimento de mesmo nome. A universalização do ensino, de modo particular o ensino básico, é o principal objetivo da conferência, bem como do movimento, aqui já mencionados.

Analisando mais profundamente esse objetivo, trazendo à tona o que está para além da aparência, verificamos que esse contexto é permeado por grandes contradições. Primeiro por que há um paradoxo nesse momento, uma vez que a universalização do ensino é apregoada ao mesmo tempo em que há forte propagação da educação profissional, uma educação que não pode ser considerada universal. Podemos expor, ainda, que por trás do desejo de se universalizar o ensino está o fato de que se acreditava que, mediante a isso, iria se criar as condições necessárias para o desenvolvimento econômico do país. Revela-se, portanto, o real interesse desse propósito, bem como a quem serve.

Alertamos ainda que, por trás do seu caráter romântico, o movimento Educação para Todos é um movimento liderado por empresários em torno de uma educação que denominam de “qualidade”. Contudo, nesta qualidade está circunscrita as habilidades e as competências empreendedoras necessárias ao capitalismo contemporâneo.

No que se refere a Educação Profissional, podemos afirmar que a formação profissional, proposta pela burguesia e subjugada as fronteiras das urgências imediatas do processo produtivo, consiste em adestrar e subordinar o trabalhador ao caráter imediato da produção, desvalorizando a formação intelectual em benefício da prática. Nesse sentido, nossas considerações apontam na direção de negarmos completamente esse tipo de educação, uma vez que vão de encontro às necessidades do capital, distante, portanto, de uma educação emancipadora.

Diante do que foi exposto, compreendemos que o contexto ora apresentado nos confirma a necessidade urgente de erradicação do modo de produção capitalista, numa radicalidade crítica e definitiva. Dentro do que vivemos não é **possível** uma educação que rompa com os moldes instrumentais ou hegemônicos, uma educação crítica e emancipatória só será possível numa sociedade livre e igualitária, isto é, numa sociedade para além do Capital.

### Referências bibliográficas

ALVES, Giovanni; PUZIOL, Jeinni. As metamorfoses do mundo social do trabalho e a educação profissional. S/ANO. Disponível em [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario8/\\_files/UfTjNAFd.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/UfTjNAFd.pdf). Acessado em 30/09/2013

BRASIL. Ministério da Educação e da Cultura. Plano de Desenvolvimento de Educação, 2009. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pne\\_200809.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pne_200809.pdf)>. Acesso em outubro de 2013.

DELORS, Jacques. Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez. 1998.

FRERES, Helena; RABELO, Jackline; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. Governo e Empresariado: a grande aliança em prol do mercado da Educação Para Todos. In: Marxismo, educação e luta de classes: pressupostos ontológicos e desdobramentos ideo-políticos. Fortaleza: EdUECE, 2010.

MESZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. In: Outubro-Revista do Instituto de Estudos Socialistas, São Paulo, n. 4. 2000.

\_\_\_\_\_. **A educação para além do capital**. 2.ed. – São Paulo: Boitempo, 2008.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Neto. **Economia política**: uma Introdução Crítica. 4. ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração do Milênio. Cúpula do Milênio. Nova Iorque, 2000 Published by United Nations Information Centre: Lisbon, 2000. Disponível em <[virtual1.pucminas.br/idhs/site/MDM/Declaração do\\_Milênio A RES 55- 2 final](http://virtual1.pucminas.br/idhs/site/MDM/Declaração%20do_Milênio%20RES%2055-2%20final.pdf)>. Acesso em janeiro. 2013.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA - Unesco. Declaração Mundial sobre Educação Para Todos (Conferência de Jomtien). Tailândia: Unesco, 1990. Disponível em: <[www.unesco.org.br/publicação/doc-internacionais](http://www.unesco.org.br/publicação/doc-internacionais)>. Acesso em: janeiro. 2013.

\_\_\_\_\_. A Declaração de Nova Delhi sobre Educação Para Todos, Nova Delhi- Índia: Unesco, 1993b. Disponível em <[www.unesco.org.br/publica/Doc\\_Internacionais/declaraNdelhi](http://www.unesco.org.br/publica/Doc_Internacionais/declaraNdelhi)>. Acesso em janeiro 2013.

\_\_\_\_\_. O Marco de Ação de Dakar Educação Para Todos: atendendo nossos Compromissos Coletivos. Dakar, Senegal: Cúpula Mundial de Educação, 2000. Disponível em <[www.unesco.org.br/publicação/docinternacionais/marcoDakar](http://www.unesco.org.br/publicação/docinternacionais/marcoDakar)>. Acesso em janeiro.2013.

PANIAGO, Cristina. Meszáros e a incontrolabilidade do Capital. Maceió, Edufal: 2007.

SANTOS, Deribaldo; COSTA, Frederico. A crise estrutural do capital: o verdadeiro mal-estar da contemporaneidade. In: SANTOS, Deribaldo; COSTA, Frederico; JIMENEZ, Susana (Orgs). **Ontologia, estética e crise do capitalismo contemporâneo**. Fortaleza/Campina Grande: EdUECE/EdUFCG, 2012.

SANTOS, Derivaldo. Graduação Tecnológica no Brasil: crítica à expansão do ensino superior não universitário. 1. ed. – Curitiba, PR: CRV, 2012.

\_\_\_\_\_. Políticas Públicas Neoliberais para o Ensino Profissional: como fica o CEFET/CE? In: JIMENEZ, Suzana Vasconcelos; SILVA, Marcus F. Alexandre da (Org.). **Políticas Públicas e Reprodução do Capital**. Fortaleza: Edições UFC, 2007.